



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 245/2015
(Autoria do Poder Executivo)**

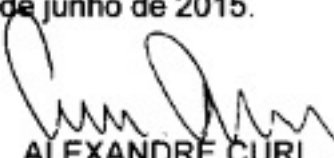
Autorização ao Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Chopinzinho.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, a efetuar a doação, ao Município de Chopinzinho, do imóvel, com suas benfeitorias, constituído de uma área de terra com 5.000,00 m², referente à parte dos Lotes 63 e 64-A, da Gleba 02, da Colônia Passo do Sol, na cidade de Chopinzinho, matriculado sob nº 9.348, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

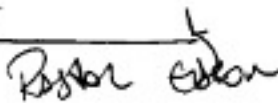
Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


PAULO SÉRGIO

ALEXANDRE





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 246/2015
(Autoria do Poder Executivo)**

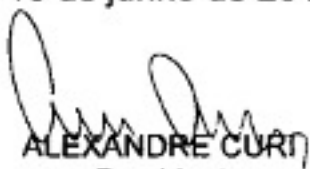
Autorização ao Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Medianeira.


Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, a efetuar doação, ao Município de Medianeira, do imóvel constituído de uma área de terra com 3.922,12 m², referente ao Lote Urbano nº 3 e suas benfeitorias, da Quadra nº 1 da Cidade de Medianeira, matriculado sob nº 14.144, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira.



Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.


ALEXANDRE CURT
Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

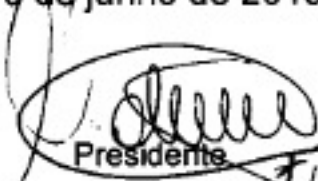
Redação Final ao Projeto de Lei nº 320/2015 (Autoria do Deputado Alexandre Curi)


Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira, com sede no Município de Prado Ferreira e foro no Município de Porecatu.

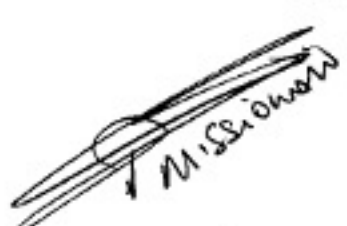
Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira – Apae de Prado Ferreira, com sede no Município de Prado Ferreira e foro no Município de Porecatu.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 10 de junho de 2015.


Presidente FIAO MEDEIROS


Relator Hussein


Missionário


Prof. Kuri


Pastor Emerson



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



PROJETO DE LEI Nº 355/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 11 MAIO 2015

1º Secretário

Ementa: Concessão Título de Utilidade Pública ao Instituto Cultural Ingá, com sede e foro no município de Maringá/Pr.

Decreta:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Cultural Ingá, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2015.

Evandro Junior
Deputado Estadual

14:45 11/05/2015 00:23:02 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



Justificativa:

O referido projeto de lei tem por objetivo conceder Título de Utilidade Pública ao Instituto Cultural Ingá, localizado na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Ressalta-se a importância deste Instituto por ser de fins não lucrativos e tem como finalidade promover o acesso, uso e produção de bens culturais de modo e contribuir para a promoção da dignidade humana, bem como preservar e recuperar o patrimônio cultural paranaense, desenvolvendo os projetos que utilizem a produção cultural, como recurso educacional, turístico e de inclusão social.

Os projetos e atividades serão executados, desde que não concorram com a captação de recursos com o mercado local, caso seja enquadrado na Lei Rouanet.

O instituto atua como Agência de Incentivo e Fomento à cultura regional, buscando soluções para financiamento de projetos culturais e captando patrocínio às propostas que foram de interesse coletivo, destacar a região que a represente e apresentar em seu escopo democratização de acesso aos resultados gerados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 355/2015

Projeto de Lei nº. 355/2015

Autor: Deputado Estadual Evandro Junior

Súmula: Concessão de Título de Utilidade Pública ao **Instituto Cultural Ingá**, com sede e foro no Município de Maringá/PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto Cultural Ingá**, com sede e foro no Município de Maringá/PR.



FUNDAMENTAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

- I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;**
- II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;**
- III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.**

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar a Súmula e o Artigo 1º do projeto de lei que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 26 de Maio de 2015.

6. Claudio Khury
Claudio Khury
Tizem edwin
Gerson da Silva
DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE
DEP. FERNANDO SCANAVACA
RELATOR
Lauco Khury
Lauco Khury
Lauco Khury

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 355/2015

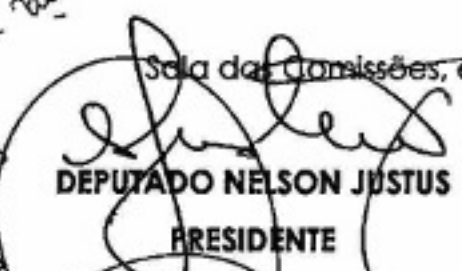
De acordo com o que determinam o artigo 137, §2 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 355/2014, passa a contar com a seguinte redação:


Súmula: Concessão de Título de utilidade Pública ao **Instituto Cultural Ingá**, com sede no Município de Maringá e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.



Art. 1º - Concede o Título de Utilidade Pública ao **Instituto Cultural Ingá**, com sede no Município de Maringá e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 410/2015

Autorização para o Poder Executivo
efetuar a cessão de uso do imóvel
que especifica ao Município de
Pitangueiras.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Pitangueiras, do imóvel constituído pelo Lote de Terras sob nº 13-B2, com área de 1.260,00 m², no Município de Pitangueiras, sob Matrícula nº 14.625 do Registro de imóveis da Comarca de Rolândia.

Art. 2º O imóvel em questão será destinado, exclusivamente, ao funcionamento da Capela Mortuária, retornando, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência de dez anos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 025 /2015

Curitiba, 22 de maio de 2015.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Cabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 MAIO 2015

[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 26/05/15

[Assinatura]
Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Pitangueiras, do imóvel constituído pelo Lote de Terras sob nº 13-B2, com área de 1.260,00 m², no Município de Pitangueiras, sob Matrícula nº 14.625 do Registro de imóveis da Comarca de Rolândia.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será destinado, exclusivamente, para o funcionamento da Capela Mortuária daquele Município, retornando ao patrimônio estadual em caso de utilização diversa daquela prevista.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei consta dispositivo expresso no sentido de que a cessão de uso terá vigência de dez anos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHIA
(Governador do Estado)

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.329.132-6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 410/2015

Projeto de Lei nº 410/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 25/2015

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Pitangueiras.

EMENTA: CESSÃO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PINTANGUEIRAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 25/2015, visa efetuar a cessão de uso ao Município de Pitangueiras, do imóvel sob Matrícula nº 14625, do Registro de Imóveis da Comarca de Rolândia, constituído pela área de 1260,00m², de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

No que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 01 de junho de 2015.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

ALEXANDRE CURI
Relator

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

02.06.15